

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	747.759.759
Preferenciais	0
Total	747.759.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.455.883	2.428.289
1.01	Ativo Circulante	144.413	97.895
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.526	25.136
1.01.02	Aplicações Financeiras	86.042	25.214
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	86.042	25.214
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	0	5.911
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	86.042	19.303
1.01.03	Contas a Receber	46.000	39.592
1.01.03.01	Clientes	46.000	39.592
1.01.03.01.01	Contas a Receber	46.000	39.592
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.499	4.673
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.499	4.673
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.669	999
1.01.06.01.02	Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	1.830	3.674
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.179	3.146
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.179	3.146
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	167	134
1.01.08.03	Outros	167	134
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedor	6	9
1.01.08.03.02	Outros Créditos	161	125
1.02	Ativo Não Circulante	2.311.470	2.330.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.800	130.946
1.02.01.04	Contas a Receber	1.306	1.315
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.306	1.315
1.02.01.07	Tributos Diferidos	126.435	126.435
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.435	126.435
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.836	2.964
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	223	232
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	223	232
1.02.03	Imobilizado	29.430	23.922
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.159	2.354
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	27.271	21.568
1.02.04	Intangível	2.151.240	2.175.526
1.02.04.01	Intangíveis	2.151.240	2.175.526
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.126.218	2.156.417
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	25.022	19.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.455.883	2.428.289
2.01	Passivo Circulante	285.062	282.498
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.328	4.665
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.328	4.665
2.01.02	Fornecedores	12.967	34.265
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.967	34.265
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	12.967	34.265
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.827	9.767
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.827	9.767
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	9.827	9.767
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	198.821	165.715
2.01.04.02	Debêntures	198.821	165.715
2.01.05	Outras Obrigações	33.324	42.360
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.792	10.102
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.792	10.102
2.01.05.02	Outros	31.532	32.258
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	9.326	9.226
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	9.090	7.924
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	0	1.782
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	13.116	13.326
2.01.06	Provisões	24.795	25.726
2.01.06.02	Outras Provisões	24.795	25.726
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	23.396	24.327
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.674.915	1.639.673
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.623.804	1.593.445
2.02.01.02	Debêntures	1.623.804	1.593.445
2.02.02	Outras Obrigações	15.027	8.957
2.02.02.02	Outros	15.027	8.957
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	15.027	8.957
2.02.04	Provisões	36.084	37.271
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.518	2.730
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	3.518	2.730
2.02.04.02	Outras Provisões	32.566	34.541
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	32.566	34.541
2.03	Patrimônio Líquido	495.906	506.118
2.03.01	Capital Social Realizado	976.785	976.785
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-480.879	-470.667

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	208.876	195.046
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	166.816	151.505
3.01.02	Receita de serviços de construção	42.060	43.541
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-146.949	-152.633
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-104.889	-109.092
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-42.060	-43.541
3.03	Resultado Bruto	61.927	42.413
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.385	-6.710
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.416	-7.128
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-10.305	-6.573
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-111	-555
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.031	418
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.542	35.703
3.06	Resultado Financeiro	-62.754	-57.484
3.06.01	Receitas Financeiras	2.155	1.493
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.155	1.493
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.909	-58.977
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-64.901	-58.977
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-8	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.212	-21.781
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.212	-21.781
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.212	-21.781
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0137	-0,0291
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,0137	-0,0291

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.212	-21.781
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.212	-21.781

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.127	97.448
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	129.828	115.736
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-10.212	-21.781
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	71.344	67.535
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	111	555
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.516	-732
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	60.883	55.027
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.815	1.777
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.048	1.294
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	31	23
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	4.324	12.038
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.701	-18.288
6.01.02.01	Contas a receber	-6.510	-4.700
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	205
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.095	799
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-2.128	-19
6.01.02.06	Outros créditos	-36	44
6.01.02.07	Depósitos judiciais	9	-29
6.01.02.09	Fornecedores	-18.181	-9.336
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-8.719	-2.301
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	220	40
6.01.02.12	Obrigações sociais	663	-129
6.01.02.13	Obrigações fiscais	2.207	263
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.765	0
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	-1.782	72
6.01.02.16	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-2.291	-1.018
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-8.320	-3.146
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.671	1.687
6.01.02.20	Outras contas a pagar	1.166	-720
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-106.789	-81.684
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-46.779	-39.857
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-65.921	-26.589
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	0	8.192
6.02.10	Aplicação Financeira	5.911	-23.430
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.948	-2.980
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-2.948	-2.980
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22.610	12.784
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.136	22.935
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.526	35.719

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.212	0	-10.212
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.212	0	-10.212
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-480.879	0	495.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-340.122	0	636.663
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-340.122	0	636.663
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.781	0	-21.781
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.781	0	-21.781
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-361.903	0	614.882

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	226.633	212.053
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.924	163.140
7.01.02	Outras Receitas	46.709	48.913
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	42.060	43.541
7.01.02.02	Outras receitas	3.738	3.083
7.01.02.03	Juros Capitalizados	911	2.289
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-73.108	-80.435
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.313	-10.070
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.749	-5.909
7.02.04	Outros	-58.046	-64.456
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-42.060	-43.541
7.02.04.02	Custos da Concessão	-7.168	-6.587
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-4.324	-12.038
7.02.04.04	Outros	-4.494	-2.290
7.03	Valor Adicionado Bruto	153.525	131.618
7.04	Retenções	-71.344	-67.535
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.344	-67.535
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	82.181	64.083
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.147	1.493
7.06.02	Receitas Financeiras	2.155	1.493
7.06.03	Outros	-8	0
7.06.03.04	Outros	-8	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	84.328	65.576
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	84.328	65.576
7.08.01	Pessoal	13.207	11.800
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.988	8.784
7.08.01.02	Benefícios	2.612	2.336
7.08.01.03	F.G.T.S.	607	680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.935	14.312
7.08.02.01	Federais	6.895	6.143
7.08.02.02	Estaduais	18	1
7.08.02.03	Municipais	9.022	8.168
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.398	61.245
7.08.03.01	Juros	60.883	55.027
7.08.03.02	Aluguéis	-180	74
7.08.03.03	Outras	4.695	6.144
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	911	2.289
7.08.03.03.04	Outras	3.784	3.855
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.212	-21.781
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.212	-21.781

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T25

Comentário do Desempenho



Registro, 15 de maio de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Companhia" ou "Régis Bittencourt") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao primeiro trimestre de 2025 ("1T25").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **8,4%** no tráfego no 1T25, com **43,9 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **84,3%** do tráfego representado por veículos pesados e **15,7%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 179,9 milhões** no 1T25, com crescimento de **10,3%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 128,2 milhões** no 1T25, acréscimo de **11,2%**, com uma evolução da margem de **0,8** pontos percentuais.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T25	1T24	Δ%
Total	43.881	41.116	6,7%
Leves	6.911	7.116	(2,9%)
Pesados	36.970	34.000	8,7%

A Régis Bittencourt registrou 43,9 milhões de veículos equivalentes no 1T25, aumento de 6,7% em comparação ao mesmo período no ano anterior. O *mix* de veículos foi de 84,3% para os pesados e 15,7% para os leves.

O tráfego de veículos leves foi impactado pela piora nas condições de consumo, diante do menor ritmo do crédito e maiores pressões inflacionárias. Nos veículos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024 e o crescimento das exportações do setor avícola contribuíram para o aumento do fluxo. Além disso, a Régis absorve o tráfego de longa distância, refletindo o aquecimento do mercado no Rio Grande do Sul e Paraná.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T25	1T24	Δ%
Tarifa Média	4,10	3,97	3,3%

A tarifa média no 1T25 foi de R\$ 4,10, um aumento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Receita Bruta	224.692	209.346	7,3%
Receitas de pedágio	179.924	163.140	10,3%
Receitas de Construção	42.060	43.541	(3,4%)
Outras Receitas	2.708	2.665	1,6%
Deduções	(15.816)	(14.300)	10,6%
Receita Operacional Líquida	208.876	195.046	7,1%
Receita Líquida Ajustada¹	166.816	151.505	10,1%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio no 1T25 totalizou R\$ 179,9 milhões, representando um crescimento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego na rodovia administrada pela Companhia.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 42,1 milhões no 1T25, uma diminuição de 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 2,7 milhões no primeiro trimestre de 2025, movimento em linha comparado ao 1T24.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(38.606)	(36.229)	6,6%
Pessoal	(13.207)	(11.803)	11,9%
Conservação	(3.112)	(3.174)	(2,0%)
Serviços de terceiros	(6.734)	(8.270)	(18,6%)
Seguros e garantias	(1.337)	(1.267)	5,5%
Verba de fiscalização	(5.581)	(5.322)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.606)	(1.352)	18,8%
Outros	(7.029)	(5.041)	39,4%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(117.728)	(123.114)	(4,4%)
Custo dos serviços de construção	(42.060)	(43.541)	(3,4%)

Comentário do Desempenho



Régis Bittencourt

Prov. p/ manutenção em rodovias	(4.324)	(12.038)	(64,1%)
Depreciação e amortização	(71.344)	(67.535)	5,6%
Custos e Despesas Operacionais	(156.334)	(159.343)	(1,9%)

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 156,3 milhões no 1T25, diminuição de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 38,6 milhões, aumento de 6,6% em comparação ao período anterior.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(10.212)	(21.781)	(53,1%)
(+) Depreciação e Amortização	71.344	67.535	5,6%
(+) Resultado Financeiro	62.754	57.484	9,2%
(+) IR e CSLL	-	-	-
EBITDA¹	123.886	103.238	20,0%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>74,3%</i>	<i>68,1%</i>	<i>6,1 p.p.</i>
(+) Prov. para manutenção de rodovias	4.324	12.038	(64,1%)
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	-	-	-
EBITDA Ajustado³	128.210	115.276	11,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada²</i>	<i>76,9%</i>	<i>76,1%</i>	<i>0,8 p.p.</i>

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia no 1T25 apresentou um valor de R\$ 123,9 milhões, com variação de 20,0% e margem de 74,3%.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 128,2 milhões no 1T25, com crescimento de 11,2% e margem ajustada de 76,9%. O crescimento do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Depreciação e Amortização	71.344	67.535	5,6%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no 1T25, o valor de R\$ 71,3 milhões, um aumento de 5,6% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T25	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(62.754)	(57.484)	9,2%
Receitas financeiras	2.155	1.493	44,3%
Despesas financeiras	(64.901)	(58.977)	10,0%
Variação cambial, líq.	(8)	-	-

O resultado financeiro contabilizado pela Régis Bittencourt foi de uma despesa financeira de R\$ 62,8 milhões no 1T25, com uma redução de 9,2% em relação ao mesmo período no ano anterior.

IR e CSLL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
IR e CSLL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-

Não houve valores a serem registrados durante os primeiros trimestres de 2025 e 2024.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Líquido	(10.212)	(21.781)	53,1%

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no 1T25 foi negativo de R\$ 10,2 milhões, aumento de 53,1% comparado ao mesmo período no ano anterior.

A melhora do resultado se da, principalmente, pelo aumento da tarifa e tráfego no período.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

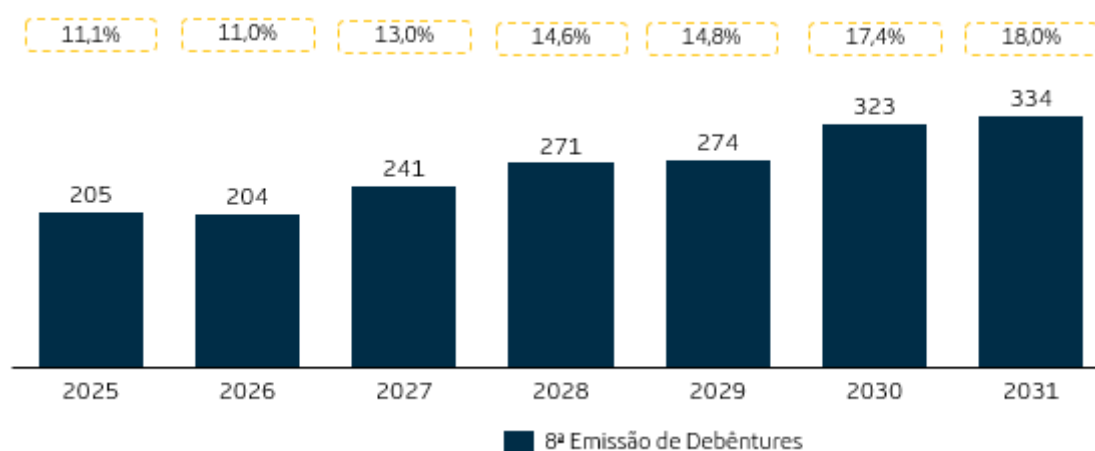
R\$ mil	1T25	4T24	Δ%
Dívida Bruta	1.822.625	1.759.160	3,6%
Curto Prazo	198.821	165.715	20,0%
Longo Prazo	1.623.804	1.593.445	1,9%
Posição de Caixa	88.568	50.350	75,9%
Caixa e equivalentes de caixa	2.526	31.047	(91,9%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	86.042	19.303	345,7%
Dívida Líquida	1.734.057	1.708.810	1,5%

1: Curto e Longo Prazo

No 1T25, a dívida bruta da Régis Bittencourt totalizou R\$ 1.822,6 milhões, uma variação negativa de 3,6% em relação ao valor registrado no 4T24.

A dívida líquida da Companhia finalizou o 1T25 em um montante de R\$ 1.734,1 milhões, uma redução de 1,5% em relação ao trimestre anterior.

Aging da Dívida – março de 2025



No 1T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 8ª Emissão de Debêntures.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
Investimentos	63.044	39.857	58,2%

No 1T25, a Companhia investiu R\$ 63,0 milhões, crescimento de 58,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período. Essa variação decorre da execução de manutenção de pavimento.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.749.106
Recuperações/Manutenções	285.043
Total	2.034.149

*Base Monetária: março/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Regis Bittencourt S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025

Registro, 15 de maio de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
**Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores**

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	224.692	209.346	7,3%
Receitas de pedágio	179.924	163.140	10,3%
Receitas de obras	42.060	43.541	(3,4%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-
Outras Receitas	2.708	2.665	1,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(15.816)	(14.300)	10,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	208.876	195.046	7,1%
CUSTOS E DESPESAS	(84.990)	(91.808)	(7,4%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(29.590)	(29.702)	(0,4%)
Custo dos serv. de construção	(42.060)	(43.541)	(3,4%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(10.047)	(6.945)	44,7%
Remuneração da administração	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(4.324)	(12.038)	(64,1%)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.031	418	146,7%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
EBITDA	123.886	103.238	20,0%
Margem EBITDA	74,3%	68,1%	6,1 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(71.344)	(67.535)	5,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(62.754)	(57.484)	9,2%
Receitas financeiras	2.155	1.493	44,3%
Despesas financeiras	(64.901)	(58.977)	10,0%
Variação cambial, líq.	(8)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(10.212)	(21.781)	(53,1%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.212)	(21.781)	(53,1%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	1T25	4T24	Δ%
ATIVO	2.455.883	2.428.289	1,1%
CIRCULANTE	144.411	97.895	47,5%
Caixa e equivalentes de caixa	2.526	25.136	(90,0%)
Aplicações Financeiras	-	5.911	(100,0%)
Contas a receber	46.000	39.592	16,2%
Despesas antecipadas	2.179	3.146	(30,7%)
Impostos a recuperar	5.669	999	467,5%
Antecipação de IR e CS sobre lucros	1.830	3.674	(50,2%)
Adiantamentos a Fornecedores	6	9	(33,3%)
Aplicações financeiras vinculadas	86.042	19.303	345,7%
Outros créditos	159	125	27,2%
NÃO CIRCULANTE	2.311.472	2.330.394	(0,8%)
Despesas antecipadas	2.836	2.964	(4,3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.435	126.435	0,0%
Depósitos judiciais	223	232	(3,9%)
Outras contas a receber	1.308	1.315	(0,5%)
Direito de uso (IFRS 16)	27.271	21.568	26,4%
Imobilizado	2.159	2.354	(8,3%)
Intangível	2.151.240	2.175.526	(1,1%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.455.883	2.428.289	1,1%
CIRCULANTE	285.062	282.498	0,9%
Debêntures	198.821	165.715	20,0%
Fornecedores	12.967	34.265	(62,2%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	13.116	13.326	(1,6%)
Obrigações sociais	5.328	4.665	14,2%
Obrigações fiscais	9.827	9.767	0,6%
Contar a pagar - partes relacionadas	1.792	10.102	(82,3%)
Cauções contratuais	9.326	9.226	1,1%
Taxa de fiscalização	-	1.782	(100,0%)
Provisão para manutenção em rodovias	23.396	24.327	(3,8%)
Provisão para investimentos em rodovias	1.399	1.399	0,0%
Outras contas a pagar	9.090	7.924	14,7%
NÃO CIRCULANTE	1.674.915	1.639.673	2,1%
Debêntures	1.623.804	1.593.445	1,9%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	15.027	8.957	67,8%
Provisão para manutenção em rodovias	32.566	34.541	(5,7%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.518	2.730	28,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	495.906	506.118	(2,0%)
Capital social	976.785	976.785	0,0%
Reserva legal	(470.667)	(340.122)	38,4%
Reserva de lucros	(10.212)	(130.545)	(92,2%)

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 31 de março de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade” ou “Régis Bittencourt”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$101.961 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 11.

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajuste de Conduta – TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC.

À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não

Notas Explicativas

exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 31 de março de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas Informações contábeis intermediárias.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025 (“trimestre” ou “período”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As Informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das Informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Notas Explicativas

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	2.526	2.569
Aplicações financeiras (a)	-	22.567
Total	2.526	25.136

<u>Aplicações financeiras</u>	31.03.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos (b)	-	5.911
Total	-	5.911

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB, LFT e LF possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,06% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,74% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	42.003	-	36.457	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	664	-
Cartões de pedágio a receber (b)	26	-	69	-
Receitas acessórias a receber (c)	4.966	1.306	3.288	1.315
Outras receitas a receber	3	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(998)	-	(887)	-
Total	46.000	1.306	39.592	1.315

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	41.681	1.306	39.569	1.315
Créditos vencidos até 60 dias	3.796	-	13	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	393	-	10	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	130	-	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	998	-	887	-
Total	46.998	1.306	40.479	1.315

A Sociedade avalia o risco de inadimplência das contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.212)	(21.781)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	3.472	7.406
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(88)	(64)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(3.384)	(7.342)
Total	-	-

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2025	31.12.2024
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	571.818	564.617
Provisão de participação nos lucros	1.867	1.477
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	3.518	2.730
Outras provisões	3.170	409
Provisão para manutenção de rodovias	55.962	58.868
Amortização acumulada de obras futuras	796	774
Valor Recuperável de Intangível - Impairment	109.460	112.410
Arrendamentos	872	715
Provisão para perdas esperadas	998	887
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(19)	(19)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	748.476	742.902
Alíquota nominal	34%	34%
Total	254.482	252.587
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	179.560	175.181
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(139.269)	(143.648)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(47.351)	(48.840)
Total do imposto de renda e contribuição social	207.131	203.747
Impostos diferidos não constituídos	80.696	77.312
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	126.435	126.435

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*).

Notas Explicativas

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	7.201	6.467
Provisão de participação nos lucros	390	(121)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	788	299
Outras provisões	2.761	620
Provisão para manutenção de rodovias	(2.906)	9.876
Amortização acumulada de obras futuras	22	22
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	(2.950)	(320)
Arrendamentos	157	263
Provisão para perdas esperadas	111	111
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.379	4.380
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(2)
Base de cálculo diferenças temporárias	9.953	21.595
Alíquota nominal	34%	34%
Total	3.384	7.342
Impostos diferidos não constituídos	3.384	7.342
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2025, o saldo é de R\$86.042 (R\$19.303 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 102,44% a.a. para 31 de março de 2025 (104,24% em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	20.006	4.613	4.974	8.827	39	3.505	41.964
Adições	-	9.576	-	-	-	-	9.576
Baixas	-	(4.613)	-	-	-	-	(4.613)
Saldo em 31.03.2025	20.006	9.576	4.974	8.827	39	3.505	46.927
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.299)	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(1.231)	(20.396)
Amortização	(1.112)	(364)	(361)	(1.963)	(4)	(69)	(3.873)
Baixas	-	4.613	-	-	-	-	4.613
Saldo em 31.03.2025	(17.411)	(119)	(1.993)	1.202	(35)	(1.300)	(19.656)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.707	245	3.342	11.992	8	2.274	21.568
Saldo em 31.03.2025	2.595	9.457	2.981	10.029	4	2.205	27.271
Taxas de amortização - a.a.	22%	10%	29%	50%	41%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	20.006	4.193	861	17.810	22	3.426	46.318
Remensurações	-	-	115	97	-	-	212
Saldo em 31.03.2024	20.006	4.193	976	17.907	22	3.426	46.530
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(11.851)	(2.856)	(958)	(528)	(15)	(953)	(17.161)
Amortização	(1.112)	(391)	(92)	(2.270)	(4)	(70)	(3.939)
Saldo em 31.03.2024	(12.963)	(3.247)	(1.050)	(2.798)	(19)	(1.023)	(21.100)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.155	1.337	(97)	17.282	7	2.473	29.157
Saldo em 31.03.2024	7.043	946	(74)	15.109	3	2.403	25.430
Taxas de amortização - a.a.	22%	37%	38%	51%	50%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2025	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.042)	(2.909)	(970)	(1.163)	(3.678)	(9.762)
Depreciação	(13)	(65)	(43)	(11)	(63)	(195)
Saldo em 31.03.2025	(1.055)	(2.974)	(1.013)	(1.174)	(3.741)	(9.957)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	169	532	837	14	802	2.354
Saldo em 31.03.2025	156	467	794	3	739	2.159
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	17%	10%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(985)	(2.574)	(796)	(1.058)	(3.394)	(8.807)
Depreciação	(15)	(97)	(44)	(29)	(77)	(262)
Saldo em 31.03.2024	(1.000)	(2.671)	(840)	(1.087)	(3.471)	(9.069)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	226	867	1.011	119	1.086	3.309
Saldo em 31.03.2024	211	770	967	90	1.009	3.047
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	18%	11%	10%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Adições	37.058	-	19	-	37.077	5.913	42.990
Saldo em 31.03.2025	4.222.224	(113.690)	10.746	700	4.119.980	25.022	4.145.002
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.920.871)	1.280	(6.895)	-	(1.926.486)	-	(1.926.486)
Amortização	(69.746)	-	(480)	-	(70.226)	-	(70.226)
Redução ao valor recuperável (e)	-	2.950	-	-	2.950	-	2.950
Saldo em 31.03.2025	(1.990.617)	4.230	(7.375)	-	(1.993.762)	-	(1.993.762)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Saldo em 31.03.2025	2.231.607	(109.460)	3.371	700	2.126.218	25.022	2.151.240
Taxas de amortização - a.a. (d)	6%	12%	39%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	3.965.160	(11.729)	8.433	702	3.962.566	62.147	4.024.713
Adições	28.472	-	104	-	28.576	17.357	45.933
Transferências/reclassificações (f)	6	-	(4)	(2)	-	-	-
Saldo em 31.03.2024	3.993.638	(11.729)	8.533	700	3.991.142	79.504	4.070.646
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.655.076)	-	(5.228)	-	(1.660.304)	-	(1.660.304)
Amortização	(63.258)	-	(396)	-	(63.654)	-	(63.654)
Redução ao valor recuperável (e)	-	320	-	-	320	-	320
Saldo em 31.03.2024	(1.718.334)	320	(5.624)	-	(1.723.638)	-	(1.723.638)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.310.084	(11.729)	3.205	702	2.302.262	62.147	2.364.409
Saldo em 31.03.2024	2.275.304	(11.409)	2.909	700	2.267.504	79.504	2.347.008
Taxas de amortização - a.a. (d)	6%	6%	36%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

(e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.

(f) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$911 (R\$2.289 em 31 de março de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2025 foi de 0,20% a.a. e em 2024 0,49% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$101.961 em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 31 de março de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2025	31.12.2024
8ª emissão - 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.415.350	1.367.070
8ª emissão - 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	436.038	422.524
				1.851.388	1.789.594
			Custo de transação	(28.763)	(30.434)
			Total	1.822.625	1.759.160
			Circulante	198.821	165.715
			Não circulante	1.623.804	1.593.445
			Total	1.822.625	1.759.160

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	172.491	1.617.103	1.789.594	148.045	1.721.280	1.869.325
Juros e variações monetárias provisionados	28.572	33.222	61.794	29.825	27.491	57.316
Transferências	4.534	(4.534)	-	497	(497)	-
	205.597	1.645.791	1.851.388	178.367	1.748.274	1.926.641
Custo de transação	(6.776)	(21.987)	(28.763)	(6.776)	(28.764)	(35.540)
Saldo final	198.821	1.623.804	1.822.625	171.591	1.719.510	1.891.101

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão - 1ª série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª emissão - 2ª série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	245.386
2027	274.366
2028	273.470
2029	266.134
Após 2029	586.435
	1.645.791

Notas Explicativas

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

(i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

(ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD.

(iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde:

(iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa.

(v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 31 de março de 2025 e 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de março de 2025 e 2024. A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$12.967 (R\$34.265 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$9.326 (R\$9.226 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos

Notas Explicativas

serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.326	8.957	22.283	14.492	15.567	30.059
Remensurações	-	-	-	212	-	212
Adições	1.019	8.557	9.576	-	-	-
Utilizações (*)	(4.441)	-	(4.441)	(4.469)	-	(4.469)
Ajuste a valor presente - AVP	725	-	725	793	-	793
Transferências	2.487	(2.487)	-	3.420	(3.420)	-
	13.116	15.027	28.143	14.448	12.147	26.595

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$2.948 (R\$2.980 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer apresentadas no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	5.510
2027	1.980
2028	1.797
2029	2.008
Após 2029	3.732
	15.027

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2025 são respectivamente R\$73 e R\$338 para PIS e Cofins (R\$74 e R\$340, respectivamente, em 31 de março de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2025 a taxa média é de 10,05% a.a (10,02% a.a. em 31 de março de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	31.03.2025	31.12.2024
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (*)	1.363	7.780
Litoral Sul S.A. (*)	-	2.322
ViaPaulista S.A. (*)	429	-
Passivos com partes relacionadas circulante	1.792	10.102
Total do passivo circulante	1.792	10.102
	31.03.2025	31.03.2024
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais (*)</u>	<u>Despesas gerais (*)</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.927)	(3.797)
<u>Outras partes relacionadas</u>		

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.	(3.034)	(2.605)
Total	(7.961)	(6.402)

(*) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. O valor no subitem “Outras partes relacionadas” está relacionado a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.112 (R\$613 em 31 de março de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$88 (R\$84 em 31 de março de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.024 (R\$529 em 31 de março de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$805 para o ano de 2025 (R\$807 para o ano de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.867 e R\$1.477.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.259	1.671	(521)	(1.483)	18	944
Trabalhistas	1.471	2.596	(698)	(808)	13	2.574
Total	2.730	4.267	(1.219)	(2.291)	31	3.518

Notas Explicativas

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2024
Cíveis	1.159	496	(51)	(438)	12	1.178
Trabalhistas	4.532	1.271	(536)	(580)	11	4.698
Regulatórios	4.470	229	(115)	-	-	4.584
Total	10.161	1.996	(702)	(1.018)	23	10.460

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade reverteu os processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2025	31.12.2024
Cíveis	4.930	5.167
Trabalhistas	513	1.030
Regulatórios	29.631	33.734
Fiscais	3.317	4.730
Total	38.391	44.661

Os depósitos judiciais no montante de R\$223 em 31 de março de 2025 (R\$232 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remoto.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,42% a.a. em 31 de março de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão que, o ciclo é de 4 anos.

c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	1.399	24.327	34.541	1.399	58.868
Adições/Reversões	-	1.310	3.014	-	4.324
Utilizações	-	(8.320)	-	-	(8.320)
Ajuste a valor presente	-	455	635	-	1.090
Transferências	-	5.624	(5.624)	-	-
Saldo em 31.03.2025	1.399	23.396	32.566	1.399	55.962

	Circulante		Não circulante		Total
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	1.399	29.790	36.513	1.399	66.303
Adições/Reversões	-	6.995	5.043	-	12.038
Utilizações	-	(3.146)	-	-	(3.146)
Ajuste a valor presente	-	485	499	-	984
Transferências	-	6.690	(6.690)	-	-
Saldo em 31.03.2024	1.399	40.814	35.365	1.399	76.179

Notas Explicativas

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$16.265 (R\$4.596 em 31 de março de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$978.785, compostos por 747.759.759 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$976.785. Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária o saldo a integralizar de R\$2.000 tem prazo para integralização de 36 meses a contar da data de 7 de fevereiro de 2022. Em 31 de março de 2025, o saldo a integralizar permanece sob decisão de integralização ou não pela Controladora da Sociedade.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas Informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Receita de serviços prestados	179.924	163.140
Receita de serviços de construção	42.060	43.541
Outras receitas	2.708	2.665
Receita bruta	224.692	209.346
ISSQN	(8.996)	(8.157)
PIS	(1.186)	(1.077)
COFINS	(5.474)	(4.971)
Outras deduções	(160)	(95)
Receita líquida	208.876	195.046

Notas Explicativas

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Custos:		
Com pessoal	(8.455)	(8.101)
Serviços de terceiros	(6.197)	(7.698)
Conservação	(3.112)	(3.174)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(659)	(703)
Consumo	(1.272)	(1.013)
Transportes	(2.277)	(2.077)
Verba de fiscalização	(5.581)	(5.322)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(256)	-
Seguros / Garantias	(1.331)	(1.264)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.324)	(12.038)
Custos de serviços da construção	(42.060)	(43.541)
Depreciação / Amortização	(70.975)	(67.352)
Outros	(450)	(350)
Total	(146.949)	(152.633)
	31.03.2025	31.03.2024
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(4.752)	(3.702)
Serviços de terceiros	(537)	(572)
Manutenção de bens e conservação	(680)	(414)
Consumo	(334)	(339)
Transportes	176	(42)
Seguros/Garantias	(6)	(3)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(3.048)	(1.294)
Comunicação e <i>marketing</i>	(44)	(47)
Indenizações à terceiros	(8)	(16)
Publicações legais	(92)	(3)
Depreciação / Amortização	(369)	(183)
Provisão para perdas esperadas	(111)	(555)
Outros	(611)	42
Total	(10.416)	(7.128)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2025	31.03.2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.961	1.436
Créditos fiscais	194	57
Total	2.155	1.493
	31.03.2025	31.03.2024
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(60.883)	(55.027)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.815)	(1.777)
Outras despesas	(2.203)	(2.173)
Total	(64.901)	(58.977)

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de março de 2025 no valor de R\$61.794, o montante de R\$911 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento capitalizado (R\$57.316 e R\$2.289 em 31 de março de 2024).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Notas Explicativas

	31.03.2025	31.03.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	42.990	45.933
Juros capitalizados - debêntures (a)	(911)	(2.289)
	42.079	43.644
Aquisição (adições)	(42.079)	(43.644)
Fornecedores	(4.607)	3.322
Obrigações fiscais	(382)	166
Contas a pagar - partes relacionadas	409	(88)
Cauções contratuais	(120)	387
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(46.779)	(39.857)
Aquisições de itens do intangível	(46.779)	(39.857)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(46.779)	(39.857)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(4.700)	3.787

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	31.03.2025	31.03.2024
Básico/Diluído		
Prejuízo do período	(10.212)	(21.781)
Número de ações durante período	747.760	747.760
Prejuízo por ação	(0,0137)	(0,0291)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas Informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	2.526	2.526	25.136	25.136
Aplicações financeiras	N/A	2	-	-	5.911	5.911
Contas a receber clientes	N/A	2	46.000	46.000	39.592	39.592
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	86.042	86.042	19.303	19.303
Outros créditos	N/A	2	1.473	1.473	1.449	1.449
			136.041	136.041	91.391	91.391
Passivo						
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	1.792	1.792	10.102	10.102
Debêntures (a)	N/A	2	1.851.388	1.698.216	1.789.594	1.601.406
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	22.293	22.293	43.491	43.491
Taxa de fiscalização	N/A	2	-	-	1.782	1.782
Outras contas a pagar	N/A	2	9.090	9.090	7.924	7.924
			1.884.563	1.731.391	1.852.893	1.664.705

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota 12.

Notas Explicativas

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%	9,30%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(57.457)	(70.897)	(84.337)	(44.017)
Receita de aplicações financeiras	10.930	13.662	16.394	8.197
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(46.527)	(57.235)	(67.943)	(35.820)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%	3,38%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(128.168)	(144.542)	(160.916)	(111.794)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(128.168)	(144.542)	(160.916)	(111.794)
Juros a incorrer líquido	(174.695)	(201.777)	(228.859)	(147.614)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de abril de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

Notas Explicativas

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$42.003 (R\$36.457 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$10.212 para o período findo em 31 de março de 2025 (R\$21.781 em 31 de março de 2024), e, nesta data o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$140.649 (R\$184.603 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	10,05%	28.143	34.380	2.986	14.398	5.479	2.696	8.821
Debêntures - CDI (b)	16,50%	436.038	521.854	94.195	92.073	180.824	154.762	-
Debêntures - IPCA (b)	11,30%	1.415.350	1.708.434	51.099	52.139	119.382	792.039	693.775
Fornecedores e cauções contratuais	-	22.293	22.293	21.635	658	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.792	1.792	1.792	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	9.090	9.090	9.090	-	-	-	-
		1.912.706	2.297.843	180.797	159.268	305.685	949.497	702.596

(a) Média ponderada efetiva % a.a.
(b) Valores brutos dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	260.264

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2025 é de R\$79.524 (R\$45.226 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 9 de maio de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Regis Bittencourt S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Regis Bittencourt S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia